

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6419 - TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2019



CONFIRA O CURRÍCULO DOS PROFESSORES DA 3ª ETAPA DO CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL

A 3ª e última etapa do Curso Básico de Formação Sindical será realizado nos próximos dias 20, 21 e 22 de setembro, com os seguintes temas: - Evolução do capitalismo e lutas sociais no Brasil; - Sindicalismo internacional e imperialismo; - Fundamentos do método dialético; - Macroeconomia: conceitos básicos.

Os interessados que ainda não se inscreveram, ainda dá tempo. Aos já inscritos, não precisam se preocupar, sua inscrição já está garantida.

Confira abaixo o currículo dos professores:

Ednilson José Arendit - vai dar aula na sexta, dia 20/09/19, a noite - Economista, Professor da Faculdade de Economia (CEA) da PUC-Campinas, Presidente da Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Apropucc), professor do CES desde 2015.

Thomas Henrique de Toledo Stella - vai dar aula no sábado, dia 21/09/19, o dia todo - Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). Mestre em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de



Campinas (IE/Unicamp). Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Atualmente, pesquisa a Economia do Antigo Egito imperial na geopolítica do colapso da Idade do Bronze.

Mariana de Rossi Venturini - vai dar aula no domingo, dia 22/09/19, pela manhã - Graduada em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em Sociologia pela Unicamp, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Pesquisas de Gênero Pagu, da mesma universidade. Integrou o Conselho Nacional de Juventude do Governo Federal de 2008 a 2012, eleita pela sociedade civil na cadeira de Jovens Feministas. Atualmente é Vice-presidenta Nacional da União Brasileira de Mulheres e preside a entidade no estado de São Paulo. Trabalha temas referentes a teorias de gênero, teorias sociológicas, epistemologia e filosofia da ciência.

SETEMBRO AMARELO: COMO CONVERSAR COM ALGUÉM QUE ESTÁ PENSANDO EM SUICÍDIO



Não há certo ou errado ao conversar sobre pensamentos suicidas, o importante é começar a conversa. Conselhos para conversar com alguém com pensamentos suicidas:

- Escolha um lugar calmo onde a pessoa sinta-se confortável;
- Garanta que vocês dois terão tempo suficiente para conversar;
- Se você disser a coisa errada, não entre em pânico; não seja duro demais consigo mesmo;
- Foque na outra pessoa, faça contato visual, ponha o telefone de lado - dê sua atenção total à outra pessoa;
- Seja paciente, podem ser necessárias várias tentativas até a pessoa estar pronta para se abrir;
- Use perguntas abertas que precisam de respostas que sejam mais do que um sim ou um não;
- Não sinta que precisa preencher todos os silêncios com conselhos e com palavras: às vezes a pessoa está tomando coragem para falar e precisa de um tempo;
- Não interrompa ou ofereça uma solução para todos os problemas, o importante é ouvir;
- Não empurre suas próprias ideias sobre como a pessoa deve estar se sentindo;
- Verifique se a pessoa sabe onde e como obter ajuda profissional.

Fonte: Samaritans, entidade britânica de apoio à saúde mental via BBC Brasil

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: SÔNIA

Tarde: LIAMARA



UMA MULHER É AGREDIDA A CADA 4 MINUTOS NO BRASIL

O Ministério da Saúde registra que, no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida por um homem. O número de refere apenas aos casos em que a mulher sobrevive, não incluindo, portanto, feminicídios. Em 2018, foram registrados mais de 145 mil casos de violência (física, sexual, psicológica e de outros tipos) em que as vítimas sobreviveram.

A conclusão vem de dados inéditos do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), obtidos pela Folha de S.Paulo via Lei de Acesso à Informação. A reportagem analisou 1,4 milhão de notificações recebidas de 2014 a 2018.

Toda vez que uma mulher procura um serviço de saúde, e o agente identifica que ela foi vítima de violência, é obrigado a notificar o caso às secretarias de saúde. O mesmo procedimento ocorre para violências sexuais (independentemente do gênero) e violências contra crianças e idosos, entre outros casos. Essas informações compõem o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva/SVS/MS).

O número não inclui as mulheres assassinadas, já que elas não são objeto do mesmo tipo de notificação. Segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2017 houve 4.396 assassinatos de mulheres no país. Há também alto índice de subnotificação, mesmo com a obrigação legal do registro – o que significa que o número de agressões pode ser ainda mais alto.

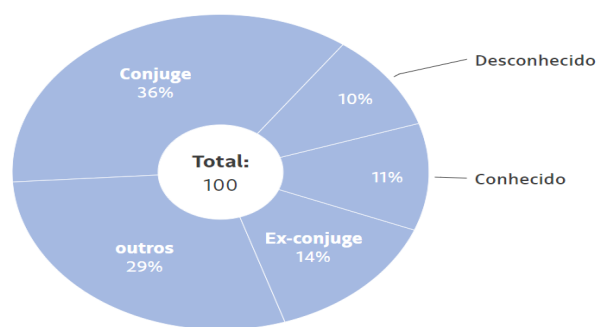
Nos últimos anos, houve aumento expressivo nos registros de violência física, psicológica e sexual, de acordo com a base de dados da pasta. A tendência de crescimento se manteve ano após ano. Os registros de violência sexual, por exemplo, tiveram aumento de 53% no período. Nesse tipo de agressão, sete em cada dez vítimas são crianças e adolescentes (têm até 19 anos).

Estupros coletivos (cometidos por mais de um autor) contra mulheres foram 3.837 no ano passado. Quando se consideram também os registros de vítimas do sexo masculino, o total chega a 4.716, uma média de 13 casos por dia. Não é claro se houve aumento no número de casos de violência contra a mulher ou se os casos passaram a ser mais notificados por causa de uma sensibilização maior da sociedade quanto à violência de gênero, diz a socióloga Wânia Pasinato.

“Nos últimos anos, a gente começou a falar mais especificamente sobre o estupro coletivo, desde o caso de Castelo do Piauí [episódio de 2015 de grande repercussão, em que quatro jovens foram estupradas por cinco homens]”, observa. “Os dados estavam lá, mas eram invisíveis, mesmo quem pesquisa na área não dava atenção a isso. À medida que a gente dá mais publicidade, ele começa a ser mais denunciado e o registro entra mais na percepção dos profissionais.”

A antropóloga Tatiana Perrone, pesquisadora do Núcleo de Antropologia do Direito da USP, diz que é difícil precisar a razão do aumento. Ela sugere, no entanto, que o crescimento no número de mortes de mulheres é um indicativo de que haja escalada na violência de gênero. “Existe um dado bem concreto, que é o corpo. Não depende de notificação”,

Relação da vítima com o agressor, em %



Fonte: Sinan/Ministério da Saúde; dados de 2018 são preliminares e estão sujeitos a alterações

afirma.

O último Atlas da Violência, do Ipea, com dados de 2017, mostra que a taxa de mortes de mulheres bateu recorde, chegando a 4,7 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Para a promotora de Justiça Gabriela Manssur, o aumento nos registros de violência contra a mulher se deve ao fato de as mulheres fazerem valer seus direitos cada vez mais: “Há um maior conflito, porque os homens não aceitam a liberdade de comportamento”.

Se a violência sexual atinge mais crianças e adolescentes, a agressão física tem como vítima preferencial mulheres de 20 a 39 anos (55% dos casos). Em quase todos os casos de violência, o agressor da mulher é uma pessoa próxima: pai, padrasto, irmão, filho, ou, principalmente, ex ou atual marido ou namorado. É em casa onde as mulheres são, na maioria das vezes, agredidas: 70% dos casos ocorrem em residência.

Para Perrone, essa violência está ligada aos papéis que são ocupados por cada gênero na sociedade. “Os homens são ensinados a utilizar a força e a violência para a resolução de conflitos e tentam colocar as mulheres em determinados lugares. Há um exercício de poder e da violência para controlar os corpos das mulheres.”

Discrepâncias e subnotificação

Dados levantados por órgãos de saúde, como é o caso do Sinan, tendem a ser mais confiáveis que os de sistemas de segurança, alimentado pelas polícias. Isso acontece porque é alto o índice de subnotificação de casos de violência doméstica e de violência sexual, já que há casos em que as vítimas temem denunciar seus agressores. Mas Wânia explica que os dados do Ministério da Saúde “enfrentam, como qualquer outro sistema de informação, a dificuldade de sensibilizar o profissional da ponta sobre a importância de fazer essa notificação”.

O Ministério da Justiça, que agrega informações policiais, chega a registrar o dobro de casos de estupro que o Ministério da Saúde em 2018. Isso acontece por uma série de fatores. Primeiro, há estados que enviam dados à pasta da saúde só de atendimentos em hospitais públicos, enquanto outros incluem atendimentos na rede privada.

A diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública levanta outro problema. “Existe uma certa resistência de médicos, que não querem ser chamados para testemunhar em casos de violência doméstica ou sexual, e não assinam a notificação que deveria ser compulsória”, afirma. “Os dados nos ajudam muito a entender o perfil das vítimas, mas não mensuram todo o tamanho do problema.”

Os dados levantados pela reportagem não permitem ver a faixa de renda, mas estudos apontam que a violência contra a mulher atinge toda a sociedade, independentemente de classe social. Estudo do Ipea mostra que a violência de gênero tem o dobro da ocorrência quando a mulher participa do mercado de trabalho.